

REVISTA



ECOS

**LITERATURAS, LINGUÍSTICAS,
HISTÓRIAS E CULTURAS**

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso


UNEMAT
EDITORA


EPLIT
Centro de Pesquisa
em Literatura


CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura

Editores/Organizadores

Agnaldo Rodrigues da Silva
Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico (impressa)

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2015 / Unemat Editora
Impresso no Brasil - 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 2316-3933 (*Online*)

ISSN: 1806-0331 (*Impressa*)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.

Editores/Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim (Revista do Centro de Pesquisa em Literatura e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários). Cáceres-MT : Unemat Editora, 2016.

249 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Jul 2015 - Dez 2015). Vol. 19, ano 12, n. 2 (2015)

CDU: 81

Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS - Grupo de pesquisa em estudos da Arte e da Literatura comparada - Centro de Pesquisa em Literatura / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000
Tel: 65 3221-0023 - revistaecos.unemat@gmail.com



UNEMAT Editora
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000
Fone/Fax 65 3221-0023 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Todos os Direitos Reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Reitora	Ana Maria Di Renzo
Vice-Reitor	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Rodrigo Bruno Zanin
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Alexandre Gonçalves Porto
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ezequiel Nunes Pacheco
Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação	Francisco Lledo dos Santos
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Anderson Marque do Amaral

CENTRO DE PESQUISA EM LITERATURA Agnaldo Rodrigues da Silva

CONSELHO EDITORIAL/REVISTA ECOS

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)
Elza Assumpção Miné - USP
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – USP
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP
Roberto Leiser Baronas - UFSCar
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP

CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO

Agnaldo José Gonçalves – UNESP
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT
Benjamin Abdala Junior –USP
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT
Eduardo Guimarães - UNICAMP
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT
Elza Assumpção Miné - USP
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP
Liliane Batista Barros - UFPA
Luiz Francisco Dias - UFMG
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Mário César Leite - UFMT
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP
Nelly Novaes Coelho - USP
Rita de Cássia Natal Chaves - USP
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras
Walnice de Matos Vilalva – UNEMAT

REVISTA



ECOS

LINGÜÍSTICA



CONTRIBUTO PARA UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DO
AJUSTAMENTO INTERSUBJETIVO: UM ESTUDO DE CASO

CONTRIBUTION TO APPROACH ADJUSTMENT OF
ENUNCIATION INTERSUBJECTIVE: A CASE ESTUDY

Helena Topa Valentim¹

Período de recebimento dos textos: 01/06/2015 a 30/09/2015

Data de aceite: 30/10/2015

Resumo: É importante considerar que qualquer produção linguística - naquilo que sejam opções lexicais ou outras imputadas a um locutor em função do uso pragmático-discursivo - passa por uma construção e por uma validação enunciativa. A esta construção e validação enunciativas presidem, por sua vez, dimensões de representação cognitiva e de construção de referência - representações que são, por conseguinte, semânticas. É deste modo que o ajustamento intersubjetivo é uma questão central no entendimento que, num quadro enunciativo, se tem sobre como a linguagem funciona. E esse entendimento enforma toda a metodologia de descrição e de explicação dos fenómenos observáveis nas línguas naturais.

Palavras Chave: Semântica; Enunciados; cognitivo; pragmático-discursivo.

Abstract: It is important to consider that any linguistic production - on that are lexical options or other imputed to a speaker due to the pragmatic-discursive use - pass by a building and an enunciative validation. To this construction and enunciative validation, in turn, dimensional cognitive representation and the construction of reference - representations that are, therefore, semantics. This is the way that the intersubjective adjustment is a central question in understanding that in a enunciative framework, It knows how the language works. And this understanding informs the methodology of description and explanation of the phenomena observed in natural languages.

Keywords: Semantics; statements; cognitive; Pragmatic-discursive.

O ajustamento intersubjetivo é manifestação evidente de uma das dimensões da atividade da linguagem, a regulação. Talvez por isso, o seu estudo se apresente enquanto relevando essencialmente de uma dimensão discursiva e a sua abordagem seja, por isso, sobretudo discursiva. No entanto, é importante considerar que qualquer produção linguística - naquilo que sejam opções lexicais ou outras imputadas a um locutor em função do uso pragmático-discursivo - passa por uma construção e por uma validação enunciativa. A esta construção e validação enunciativas presidem, por sua vez, dimensões de representação cognitiva e de construção de referência - representações que são, por conseguinte, semânticas. É deste modo que o ajustamento intersubjetivo é uma questão central

¹ Doutorada em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa. Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

no entendimento que, num quadro enunciativo, se tem sobre como a linguagem funciona. E esse entendimento enforma toda a metodologia de descrição e de explicação dos fenómenos observáveis nas línguas naturais.

O pressuposto teórico convocado nesta reflexão é o de que o *enunciador* (que não se identifica com o *locutor* ou com o *emissor*), enquanto origem subjetiva, se constrói, necessariamente, num quadro intersubjetivo, pois, subjacente a qualquer enunciado, há sempre um enunciador, que produz/constrói a significação, mas também um coenunciador, que reproduz/reconstrói a significação. Por conseguinte, ao falarmos em intersubjetividade, falamos de alteridade, duma alteridade inscrita no âmago da atividade linguística. A alteridade funda a intersubjetividade que, por sua vez, explica que, na linguagem, haja uma constante modulação. Um enunciado é sempre modulado. Regista modulações que assumem a forma de um jogo: jogo de sujeitos, jogo de valores referenciais modais, jogo de valores referenciais temporais-aspectuais.

A construção que resulta desta modulação, ou ajustamento intersubjetivo, é, afinal, o que nos situa no plano do enunciativo. Não é sintaxe. Não é semântica. Não é pragmática estrita. É tudo isto: é transcategorial: prosódico-sintático-semântico-pragmático. O enunciativo é, por conseguinte, necessariamente transcategorial. Neste sentido, a heterogeneidade dos fenómenos de modulação, ou de ajustamento intersubjetivo, fazem tombar as barreiras das subdisciplinas tradicionais da linguística e, no limite, entre o que é do domínio da língua e o que é do domínio do discurso. Deste facto resulta o que seja o “interfaceamento” entre a gramática e os “campos de atuação na comunidade”.

Para dar conta do ajustamento intersubjetivo a partir de uma abordagem enunciativa, baseio-me, a título ilustrativo, na análise de um texto do género jornalístico de temática política, retirado da versão portuguesa da publicação mensal *Courier Internacional* (Nº 225, de novembro de 2014, p. 51), um artigo da autoria de David Shariatmadari, publicado originalmente no *The Guardian* (de que David Shariatmadari é vice-editor) a 1 de outubro de 2014, aqui numa tradução para o português de Pedro Cordeiro, com o título “Nem Estado, nem Islâmico”.

Nem Estado, nem Islâmico

A evolução do nome "Estado Islâmico" é um caso de estudo. A linguagem pode distorcer a realidade, alerta um vice-editor do diário *The Guardian*, que estudou árabe, persa e linguística. Há que ler nas entrelinhas dos media.

JORNAL THE GUARDIAN
LONDRES

Toda a linguagem é uma máquina de produção de falsidades", diz a personagem principal do primeiro romance de Iris Murdoch, *Sob a rede*. O seu ponto de vista é que as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada forma. Orwell pensava da mesma forma: não se pode pensar no que não tem nome. De modo inverso, podemos correr o risco de criar um nome para algo que não existe realmente.

Os linguistas discutem isto há décadas e o consenso é que a linguagem orienta, mais do que determina, o pensamento. Os políticos sabem-no, tal como os publicitários. E também os terroristas. Ora, a evolução do "Estado Islâmico" (EI) é um caso exemplar do poder dos nomes. Esta facção de combatentes sunitas começou por chamar-se Jama'at al-Tawhid wal-Jihad, nome para consumo local. Significa "Grupo pelo monoteísmo (*tawhid*) e pela luta (*jihad*)". Há séculos que não há religiões politeístas na região, mas, no tempo de Maomé, os árabes adoravam vários deuses. Assim, o que nos vem à mente são os primeiros anos do Islão — um tempo de fé pura, em que estava no auge o esforço para pôr termo ao paganismo.



AUTOR
David Shariatmadari
(excertos)

DATA
01.10.2014

TRADUTOR
Pedro Cordeiro



36 O nome mudaria, para localizar geograficamente o grupo: primeiro na *bilad al-rafidayn* (terra dos dois rios, Mesopotâmia), depois no Iraque e Al-Sham (o Levante). Ambos são romanticamente arcaicos. Al-Sham era uma província no mais antigo império muçulmano, chefiado pelos "califas corretamente orientados", os sucessores diretos de Maomé.

Por enquanto, é tudo ruído fundamentalista, mas o público ocidental fica perdido. Até que chegamos ao "Estado Islâmico", um título que ressuscita a ideia de califado — uma comunidade de crentes pré-moderna — para ocidentais acostumados a um modelo de nação do século XIX. A mudança é importante, porque sugere algo de substancial, um país com fronteiras, leis e instituições. Olhando para o mapa do que o grupo controla, porém, vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno. O seu território serpenteia ao longo de margens de rios, capturando cidades aqui e acolá e estendendo as garras deserto dentro.

Rejeitar o nome "Estado Islâmico"

O ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Laurent Fabius, propôs — e bem — que rejeitemos a designação "EI". "É um grupo terrorista e não um Estado. O termo "Estado Islâmico" esbate as linhas divisorias entre Islão, muçulmanos e islamitas", disse. Recomenda que se use Dacsh, acrónimo de "Al-Dawla al-Islamiya fi al-Iraq wa al-Sham". Embora signifique "Estado Islâmico do Iraque e do Levante", para os que não falam árabe é apenas um som. Ficará imbuído nas nossas ideias como a Al-Qaeda acabou por ficar, mais do que evocar a sua tradução literal ("A Base"), ficou ligada a morte e destruição.

Há nomes que tendem a ser propaganda ou insulto. Os vários Hezbollah veem-se

ISIS/EIIL ("Estado Islâmico"): nasceu um novo Estado religioso. Um combatente lê as "regras e regulamentos do Ramadão": "Não há tempo para comer... Não há tempo para beber... Logo, há muito mais tempo para matar..." Ao longe, pede-se: "O Iraque precisa de um líder moderado, tipo Saddam".

ILUSTRAÇÃO DE TURNER
PARA THE IRISH TIMES, DUBLIN

como "partido de Deus". Al-Muhajiroun [organização salafita sediada, e proibida, no Reino Unido] significa "os emigrantes" aos ajudantes que acompanharam Maomé quando deixou Meca.

Por vezes a marca falha. Hassan-i-Sabbah, dissidente carismático no Irão do século XI, fundou uma seita baseada naquilo a que chamava "Ad-Dawa al-Jadida", "a nova doutrina". Incluía um ramo que designou por *Jedajeen*, ou "autossacrificados", cujo dever era destruir adversários políticos. Os inimigos chamavam-lhes *hashashins*, ou fumadores de haxixe. Eram descritos como lunáticos drogados e a ideia pegou. Vem daí a palavra "assassino".

Um dos riscos da linguagem é que palavras que designam ideias abstratas e nomes concretos podem ocupar os mesmos espaços. Posso dizer: "Quero mudar um pneu" ou "Quero mudar a política para sempre". A segunda parece fazer sentido, mas pode querer dizer tudo e o seu contrário. Da mesma forma, há uma diferença abissal entre demolir um edifício e, como um comentador disse em relação ao EI, demolir um grupo variado de pessoas, os seus objetivos e as suas ideias. Ninguém pode "esmagar" o terrorismo ou travar guerras contra este. Os que usam esta linguagem para descrever as suas ações (tal como os que dizem estar a criar um "Estado Islâmico") estão, na verdade, a fazer algo muito diferente. Cabe-nos espereitar nas entrelinhas para descobrir o quê. ●

NOVEMBRO 2014 - N.º 225

51

Fonte: *Courrier International*, n. 225, novembro, 2014, p. 51.

O presente texto apresenta quatro partes que aqui queremos pôr em destaque. Numa primeira, percorre-se as várias denominações que os combatentes sunitas, hoje auto-denominados Estado Islâmico, assumiram desde a década de 70 do século passado. Este "desfile" é enquadrado pela afirmação do autor de que "as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada forma" (l. 5). A segunda parte incide sobre a denominação "Estado Islâmico", concluindo o autor que "olhando para o mapa do que o grupo controla [...] vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno" (l. 48). A terceira parte refere a proposta do então (e ainda) ministro dos negócios estrangeiros francês (Ministre des affaires Étrangères et du développement international), Laurent Fabius, no

sentido de, no mundo ocidental, se optar por outra denominação: o acrónimo “Daesh”, que, “embora signifique ‘Estado Islâmico do Iraque e do Levante’, para os que não falam árabe é apenas um som” (l. 62). Finalmente, a quarta parte refere outros casos na história de “nomes que tendem a ser propaganda ou insulto”.

Em todo este texto, a construção dos valores em causa obedece a uma série de modulações. Estamos, ao longo da argumentação construída, constantemente perante a explicitação de descontinuidades, de fenómenos heterogéneos, de deformabilidade. Esta caracterização geral pode, desde logo, sustentar-se se atendermos ao título – “Nem Estado, nem Islâmico”. O que se propõe no corpo do artigo é uma reflexão sobre os efeitos de não coincidência de representações, a partir de uma consciência genérica de que “as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada maneira” (l. 5) – muito na linha do que encontramos expresso nos trabalhos fundacionais de Sapir e Worf.

São disso exemplos as seguintes formulações ou passagens do texto, que passamos a comentar:

1. “[...] a evolução do Estado Islâmico é um caso exemplar do poder dos nomes” (l. 15)
Alude-se, portanto, à relação entre a “evolução” de um fenómeno político e a linguagem, já que é da evolução da denominação do atual EI que também se fala.
2. A referência ao Estado Islâmico, numa retoma anafórica, com uma construção linguística pela qual o enunciador, afinal, opta como sendo a mais “objectiva” ou “neutra” (naquilo que o “poder dos nomes” possa ser de desvirtuante): “esta fação de combatentes sunitas” (l. 18).
3. O itinerário pelas denominações deste grupo desde que se formou até à atualidade:
 - a) nos anos 70, “começou por chamar-se Jama’at al-Tawhid wal Jihad”, significando “grupo pelo monoteísmo e pela luta” (l. 20), com ecos de um tempo – que não o atual – em que nos primeiros anos do Islão, se lutava por pôr termo ao paganismo, que era panteísta;
 - b) adquiriu, mais tarde, duas denominações que localizavam geograficamente o grupo: primeiro, “bilad-al-rafidayn” (“terra dos dois rios, Mesopotâmia”); depois, “Al-Sham” (“o Levante”) – dois nomes “romanticamente arcaicos” (l. 30);
 - c) finalmente, passou a designar-se “Estado Islâmico, um título que resuscita a ideia de caifado”.

O exercício de reflexividade sobre aquilo que o autor designa como “poder dos nomes” fornece-nos dados que ilustram, de forma exemplar, como a linguagem é uma atividade de regulação e de ajustamentos, em especial, porque há uma não coincidência de representações. E não coincidência de representações

radica numa fronteira que existe entre o que é uma representação não material (abstrata, cognitiva) e uma representação material (linguística).

Vejam os que se escreve sobre a denominação “Estado Islâmico”: “sugere algo de substancial, um país com fronteiras, leis e instituições” (l. 46). Propõe-se, por conseguinte, uma formulação epilinguística, em que se formula a representação cognitiva (imaterial e abstracta, portanto) que é individual e culturalmente construída do que, sendo inacessível (cognitivo), lexicaliza (se materializa) em “Estado”. A essa “sugestão”, que é culturalmente informada, se contrapõe o que, no plano do observável (“olhando para o mapa”), configura outra representação, a carecer, portanto, do que pudesse ser outra forma de lexicalização: “Olhando para o mapa do que o grupo controla, porém, vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno. O seu território serpenteia ao longo de margens de rios, capturando cidades aqui e acolá e estendendo as garras deserto dentro.” (l. 38).

Não sendo minha intenção tratar aqui o fenómeno do EI, interessa-me, por via do que este texto oferece, chegar a um ponto em que possa encarar o facto de, por via da actividade linguística, se passar efetivamente, de uma representação não material (abstrata, cognitiva) para uma representação material (linguística), constituindo esta transição, apesar da relevância do ponto de vista discursivo, uma operação descritível no âmbito do funcionamento da língua.

Para tal, retomo o conceito de “enunciado”, com que podemos designar as sequências linguísticas. O conceito de enunciado comporta este sentido de transição daquilo que é da ordem do imaterial (“o que queremos dizer”) para a sua materialidade, verbal neste caso (“o que dizemos”). Séneca traduz por *enuntiativum* o termo *lekton*, aquilo que o estoicos chamavam a algo incorporal, isto é, algo sem materialidade. Depois da Idade Média, falava-se do *dicibile* (dizível) e do *dictum* (o dito). Dizia-se que há um *dictum* e um *modus*, ou seja, uma espécie de conteúdo de pensamento, ou conteúdo proposicional. Aí temos, portanto, uma representação imaterial, uma abstração. O termo *enuntiativum*, empregue por Séneca para explicar o que é o *lekton*, tem no verbo *enuntiare* a significação de “fazer sair”, de “fazer aparecer”. Concebe-se, portanto, a passagem do dizível ao dito.

Esta é a questão colocada pelo conceito de enunciado: o enunciado não é algo a priori nem algo de acabado; é construção: construído por um sujeito enunciadador e reconstruído por um sujeito coenunciador, portanto, numa dinâmica de ajustamentos intersubjetivos. É deste modo que, olhando para a forma como as línguas funcionam, na tentativa de descobrir os fenómenos e de os explicar, há, desde logo, uma relação entre o que se nos apresenta da ordem do imaterial (“o que queremos dizer”) e o que tem uma materialidade, verbal neste caso (“o que dizemos”). Quando falamos, procuramos fazer coincidir essas duas coisas, sempre no quadro de uma intersubjetividade. Veja-se como é desta pretensão que resulta uma espécie de “inquietação” que justifica que alguém escreva um artigo como este.

Podemos, portanto, olhar deste modo para o ajustamento intersubjetivo que caracteriza a linguagem: concebendo a existência de uma relação entre um enunciável, algo abstrato, inacessível porque imaterial (hoje diremos que cognitivo ou mental) e as formas linguísticas, o enunciado (a materialização).

Na linguagem transita-se sempre do dizível para o dito. E podemos interrogar-nos sobre como se opera esta transição, como se gere a fronteira entre estas duas dimensões. De qualquer modo, se o enunciador é quem opera esta transição (é o que constrói significação), a significação construída é sempre significação reconstruída, interessando, por conseguinte, dar conta do mecanismo não simétrico entre os dois sujeitos - aquela não simetria que está na base de não haver a compreensão perfeita, e de a transparência, não passar de uma ilusão; e de o mal-entendido ser, por vezes, a regra.

A resposta a esta pergunta - como se opera esta transição? como se gere a fronteira entre estas duas dimensões? - exige uma verdadeira antropologia linguística: exige que se contemple todos os fenómenos enunciativos, prosódicos, retóricos, de interlocução, derrubando, por exemplo, a barreira que se estabelece frequentemente entre o que é linguístico e o que não o é (isto é, que é extra-linguístico). Por exemplo, se uma das atividades associadas à linguagem é a referenciação (construir referência), poderemos dizer que a referência é exterior à linguística? Não, a referência à situação não é exterior à linguística. A provar isto basta ter em consideração o modo como as grandes questões de referência são internas à linguagem: *isto existe / não existe; é situado / não é situado...*

E podemos perguntar-nos se a inferência é ainda extra-linguística. Não. Nada é irrelevante para o plano linguístico. Por exemplo, tudo aquilo que designamos como “conhecimento do senso comum” é relevante para a linguística. Aliás, quando se concebe um estudo transcategorial da linguagem, trabalha-se na relação complexa entre o polo do que é interior ao texto (relações cotextuais - materialidade do texto) e o polo situacional (contexto - a referência). É este o trabalho enunciativo.

A modulação intersubjetiva joga-se nesta conceção de linguagem como algo que é tudo menos homogêneo: que não é sobretudo descritível no quadro do funcionamento do sistema língua (gramática) nem é sobretudo semiótico, ideológico, em suma, discursivo. A modulação ou ajustamento intersubjetivo permite-nos construir representações imateriais, abstratas (“aquilo que queremos dizer”); permite construir valores referenciais (reenvia àquilo “de que falamos”) e, tudo isto numa permanente regulação: seja a regulação interna à linguagem, que faz com que, nas línguas, haja estabilidade e deformabilidade das formas; seja a regulação entre sujeitos numa lógica de argumentação / persuasão, já que queremos sempre conduzir o outro às representações / referenciações que nós visamos, com todos os riscos de insucesso e todos os reajustamentos necessários.

Há, por exemplo, a reflexividade, que permite dizer que aquilo a que se chama “Estado Islâmico” é, afinal, algo diferente: “Nem estado, nem Islâmico” (título). Por outras palavras, diz-se “Estado Islâmico”, mas poder-se-ia dizer algo diferente - como está patente na terceira parte do texto, em que se refere

a proposta de Laurent Fabius de se optar por outra denominação, alternativa: o acrónimo “Daesh”, que, “embora signifique ‘Estado Islâmico do Iraque e do Levante’, para os que não falam árabe é apenas um som” (l. 62).

A reflexividade evidencia uma hermenêutica muito complexa. Por isso, este jogo intersubjetivo não é apenas discursivo; também releva da construção-reconstrução de representações e de referência, em que as formas linguísticas têm um papel fundamental por serem marcadoras das operações, simultaneamente cognitivas e linguísticas, que subjazem aos enunciados e dos valores de referência que construímos.

Naturalmente que esta heterogeneidade, em que língua e discurso são realidades distintas apenas por conveniência metodológica, causa problemas à teorização uma vez que é consensual que qualquer teorização deve colocar o problema da homogeneidade do seu objeto. Assim, quando se coloca fundamentalmente a questão da heterogeneidade dos factos e dos fenómenos, deve-se colocar o problema da passagem da heterogeneidade à homogeneidade, sempre com a preocupação, portanto, de encontrar uma certa forma de homogeneidade e de estabilidade.

A teorização revela, deste modo, uma “consistência deformável” (“consistence déformable”, CULIOLI, p.88), que corresponde a uma determinada atitude face à construção da observação, à construção dos problemas e à conceção de um raciocínio descritivo-explicativo. Os factos linguísticos revelam que há sempre um ajustamento intersubjetivo que assume como que a forma de um jogo. Portanto, é preciso ultrapassar um paradigma científico que utilizou a lógica clássica. Verdadeiramente, os fenómenos linguísticos não se reduzem a um binarismo: ao é ou não é (a teoria dos traços da gramática estrutural assim o concebia: ausente ou presente), ao é do domínio da gramática ou é do domínio do discurso. Assim a ideia de fronteira entre a língua e o discurso, que, se ultrapassarmos o paradigma binário, deixa de ser concebível como algo sem dimensão.

Esta conceção reflete uma forma de conceber o funcionamento da linguagem que é reconhecível no modelo teórico-metodológico proposto no quadro da Teoria Formal Enunciativa no âmbito do qual se explica o ajustamento intersubjetivo. De forma particular, o ajustamento intersubjetivo é compreensível com base na definição que em Culioli se dá, reiteradamente e de várias formas, da atividade de “enunciar”. Antes de mais, “enunciar” é, segundo este autor, um processo que se reconstrói a partir do enunciado enquanto encadeamento de formas; ou seja, “enunciar” é o produto de determinações de diferentes ordens que intervêm na construção do enunciado.

Partamos da definição de asserção proposta por Culioli (2001, p. 280), assim sintetizável: “je tiens à dire (= rendre public) que je pense / crois / sais que p est le cas”. Em Paillard (2010), “desmonta-se” esta formulação, explicitando os dois âmbitos que aqui se articulam. Refere-se que esta definição se centra, por um lado, no sujeito, por outro, no estatuto do dizer. Tem-se, respetivamente: (a) uma definição centrada no sujeito: o sujeito empenha-se / implica-se, constrói

o espaço intersubjetivo (*rend public*), define a sua relação com o dizer (de uma subjetividade pura - *je pense* - a uma verdade estabelecida - *je sais*); (b) uma definição do estatuto do dizer: *p est le cas* é o produto de um cálculo que passa pela seleção de uma sequência *p* em relação a um estado de coisas a dizer (*ce qui est le cas*).

Por conseguinte, à partida, não há uma relação necessária entre *p* e o à dire: *p* é selecionado entre outras sequências possíveis suscetíveis de exprimir o estado de coisas (isto é., (p,p')). É porque as formas linguísticas são aquelas entre outras, que este modelo permite dar conta do ajustamento intersubjetivo como explicitação desta alteridade em que as próprias formas se inscrevem, ou seja, como recurso a outras formas linguísticas que não *p* (distinto de *p*). É nesta medida também que à seleção de *p* está associada uma posição subjetiva (S0).

Por conseguinte, não se deve resumir o conteúdo ao que é efetivamente dito: de facto, nada garante que “o que é dito” corresponde ao que seja o “querer dizer”, só assim se explicando a operação subjacente à reflexão, no texto proposta, das denominações do atual Estado Islâmico. Enunciar (“dizer”) é a associação entre um “querer dizer” e um enunciado, sendo que este “dizer” não passa de “um dizer entre outros”, pois outras formas linguísticas seriam possíveis. Isso mesmo é atestado, no texto em apreço, pela relação entre as seguintes formas linguísticas:

- a) Jama'at al-Tawhid wal Jihad”, significando “grupo pelo monoteísmo e pela luta” (l. 20);
- b) “bilad-al-rafidayn” (“terra dos dois rios, Mesopotâmia”); depois, “Al-Sham” (“o Levante”) (l. 30);
- c) “Estado Islâmico” (l. 46);
- d) “Daesh” (proposta de Laurent Fabius) (l. 62).

Nada garante, portanto, que, na actividade linguística, as formas empregues sejam as adequadas ao “querer dizer”, que sejam pertinentes. Da mesma forma, nada garante que o coenunciador, no seu trabalho de interpretação, interprete este “querer dizer” da mesma forma que o enunciador.

Por conseguinte, neste texto, está ilustrado aquilo que é a relação de alteridade de qualquer “dizer” (o “dito”) com outros “dizer”. É nessa dimensão plural do “dizer” que consiste a operação de ajustamento intersubjetivo. Nesse sentido, o ajustamento intersubjetivo releva da dimensão da pertinência. A questão da pertinência, na sua relação com o ajustamento intersubjetivo, atualiza precisamente a propriedade que o “dizer” tem de não poder ser dito em definitivo, de ser sempre um fracasso na tentativa de dizer o mundo, ilustrando, no limite, o facto de a linguagem não decalcar o mundo na representação que dele construa. Neste sentido, pertinência interpreta-se, portanto, como o facto de as denominações da “fação de combatentes sunitas”, enquanto construções

subjettivas, estarem sempre numa relação fraca (não necessária, portanto) com o estado de coisas.

Em jeito de conclusão, direi que, numa perspetiva enunciativa, o ajustamento intersubjetivo não se prende apenas com questões de adequação em função de certa prática discursiva. Atesta também a forma como a linguagem é uma atividade de representação de noções definidas por propriedades físico-culturais, variáveis portanto, do mesmo modo que demonstra que a linguagem permite construir valores referenciais ancorados nas coordenadas espaço-temporal e subjetiva da situação de enunciação.

Referências

ANSCOMBRE, J.-C. DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**, Bruxelles, Mardaga, 1983.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques**, Fayard, 1982.

CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique. Entretien avec Frédéric Fau**. Klincksieck, 2002.

CULIOLI, A. **Cognition and Representation in Linguistic Theory**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**, Tome II. Paris: Ophrys, 1990.

DUFAYE, L. **Théorie des opérations énonciatives et modélisation**. Paris: Ophrys, 2009.

VALENTIM, H. Diferentes valores e empregos de Isto é: uma proposta de descrição enunciativa. **Estudos Linguísticos / Linguistic Studies**, v. 7, Lisboa, 2013. p. 297-308.

De VOGÜÉ, S. La langue entre discours et cognition. **Actes du colloque international pour les 10 ans de la MSHS de Poitiers**, France (2008 Modèles, Dynamiques, Corpus (MoDyCo), CNRS: UMR 7114, Université Paris X – Paris Ouest Nanterre La Défense. 2011.

